



BOLETIM DEPE

Março de 2022



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano VII, número 48



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica.....	2
PIB	2
IBC-Br	5
Serviços	6
Comércio	8
Mercado de Trabalho.....	10
Política Monetária	13
Crédito – Sistema Financeiro Nacional.....	15
Contas Nacionais.....	23
Contas Externas.....	23
Internacional.....	26
Economia de Francisco	29
Cesta Básica	29
Microcrédito	32



Brasil: Atividade Econômica

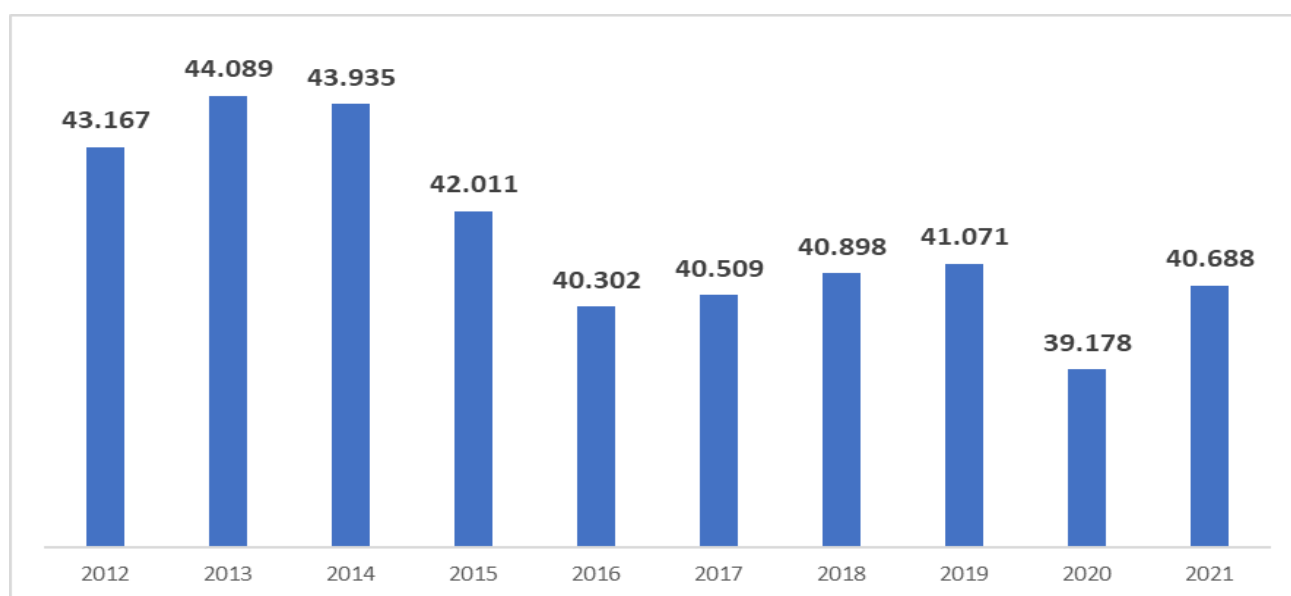
Produto Interno Bruto

O ano de 2021 foi marcado, na economia, pela recuperação das perdas decorrentes ao longo de 2020 (-3,9% de queda do PIB) por conta da pandemia do coronavírus. Em 2021 a economia cresceu 4,6%, produzindo R\$ 8,7 trilhões. Com isso, o PIB encerrou o ano 0,5% acima do verificado no 4T19, o último sem impactos da pandemia, mas ainda 2,8% abaixo do melhor índice, que foi verificado no 1T14, evidenciando que apesar de tudo, ainda estamos tentando recuperar um nível de atividade que já tivemos no passado.

Um indicador extremamente importante para medirmos o quanto estamos avançando é o PIB per capita, ou seja, o quanto de riqueza geramos por pessoas. Em 2021 esse indicador avançou 3,9% alcançando R\$ 40.688, revertendo a queda de -4,6% do ano anterior. Ainda assim, o PIB per capita de 2021 está -7,7% abaixo do verificado em 2013 (R\$44.088). o gráfico abaixo mostra a série para os últimos 10 anos:

GRÁFICO 1

PIB per capita em valores de 2021 – 2012 a 2021 – Brasil



Fonte: BACEN. Elaboração: DEPE



O PIB pela ótica da oferta teve sua distribuição em 2021 da seguinte maneira: 8% Agropecuária, 22,2% sendo Indústria e 69,8% Serviços. No ano que acabou, o crescimento veio justamente desses 2 grandes setores que representam 92% do PIB. Serviços cresceu 4,7% e Indústria 4,5%. Já Agropecuária apresentou recuo de -0,2%. Importante destacar que Agropecuária não apresentava queda desde a recessão da economia em 2016, quando o setor retraiu -5,2%.

A queda da Agropecuária teve como principais contribuições o café (-21,1%), milho (-15,0%), cana (-10,1%) e bovinos e laticínios. O bom desempenho do setor veio de soja (11,0%) milho (25,8%) e arroz (5,2%). Estiagens e secas ao longo de 2021 foram determinantes para este desempenho ruim do setor.

A indústria, setor que tem atravessado dificuldades quase ininterruptas desde os anos 1980 no Brasil, perdendo quase constantemente participação na geração de riqueza, viu com o crescimento de 2021 (4,5%) sua participação voltar a ser similar ao que era em 2015 (22,5% do PIB), mas ainda carregando perdas substanciais deste íterim. No ano o crescimento da indústria foi puxado pelo bom desempenho da Construção (9,7%), Indústria de Transformação (4,5%) e Indústrias extrativas (3,0%). Apenas Produção e distribuição de eletricidade, gás e água apresentou estagnação (-0,1%) por conta da crise hídrica.

O setor de Serviços teve seu crescimento puxado por Informação e Comunicação (12,3%), Transporte, armazenagem e correio (11,4%), Outras atividades de serviços (7,6%) e Comércio atacadista (5,5%). Destaca-se também atividades imobiliárias (2,2%), Administração, saúde e educação pública e seguridade social (1,5%) e Intermediação financeira e seguros (0,7%). As reaberturas que foram ocorrendo ao longo do segundo semestre foram muito importantes para o desempenho do setor, ainda que o ambiente tenha ficado mais adverso com a elevação dos juros e aceleração da inflação.

Já pela ótica da demanda, tivemos em 2021 crescimento do Consumo das Famílias (3,6%) depois de forte retração em 2020 (-5,6%). Assim como o Consumo do Governo que cresceu 2,0% e no ano anterior havia caído -4,5%. O investimento (formação bruta de capital fixo) teve forte alta de 17,2% puxado por Máquinas e Equipamentos (23,6%) e Construção (12,8%). Por conta da característica da economia brasileira, dado o crescimento que tivemos em 2021 as importações (12,4%) cresceram mais que as exportações (5,8%) contribuindo negativamente no período.

O crescimento do Consumo das Famílias foi possível pelo avanço na vacinação e conseqüentemente relaxamento das medidas de distanciamento, programas de apoio do governo e aumento do crédito livre para pessoas físicas (18,0% de expansão). Jogou contra uma recuperação maior o fato de termos visto a aceleração da inflação de custos e a retomada acelerada no aumento da SELIC. Neste cenário vimos uma melhora, ainda que pequena, na ocupação, mas com queda na massa salarial.



Na tabela abaixo é possível verificarmos o comportamento do PIB em 2021 por setores:

TABELA 1 - Comparações da variação do PIB

Períodos de Comparação	Indicadores						
	PIB	Agrop.	Indust.	Serv.	FBCF	Cons. Famílias	Cons. Governo
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (c/ajuste sazonal)	0,5%	5,8%	-1,2%	0,5%	0,4%	0,7%	0,8%
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (s/ajuste sazonal)	1,6%	-0,8%	-1,3%	3,3%	3,4%	2,1%	2,8%
Acumulado em 4 trimestres / mesmo período do ano anterior (s/ajuste sazonal)	4,6%	-0,2%	4,5%	4,7%	17,2%	3,6%	2,0%
Valores correntes no 3º trimestre (R\$)	2,3 trilhões	81,0 bilhões	416,9 bilhões	1,4 trilhão	428,7 bilhões	1,5 trilhão	484,5 bilhões
Valores correntes no ano (R\$)	8,7 trilhões	598,1 bilhões	1,6 trilhão	5,2 trilhões	1,7 trilhão	5,3 trilhões	1,7 trilhão

Taxa de Investimento (FBKF/PIB) 2021 = 19,2%

Taxa de Poupança (POUP/PIB) 2021 = 17,4%

Fonte: SCN/IBGE

Elaboração: DEPE

Esses foram os principais dados do PIB de 2021 que em linhas gerais apresentou recuperação de alguns setores, mas que foi fortemente impactado pela inflação principalmente a partir do 2S21, e já no 4T21 os aumentos da SELIC também começam a fazer efeito na economia real, contribuindo para o esfriamento da economia e um 4T21 apontando para um início de ano bastante desafiador.

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



IBC-Br

Se 2021 foi marcado por um ano de recuperação do nível de atividade severamente atingida pela pandemia do coronavírus, 2022 provavelmente será um ano marcado pelas enormes dificuldades causadas por equívocos na condução da política macroeconômica no ano anterior, além dos imprevistos que o cotidiano nos reservam neste ano eleitoral.

Como já colocamos algumas vezes neste espaço nas últimas edições, o Governo Federal ao desmontar em 2021 quase todas as medidas fiscais adotadas ao longo de 2020, com o principal argumento de que a inflação, notadamente de custos, poderia sair do controle, fez com que o carregamento estatístico para 2022 fosse pífio, esfriando a demanda e jogando grande parte do resultado da atividade econômica para o que vier a acontecer no ano corrente, e o ano não começa com boas notícias, como veremos pelo resultado do IBC-Br de janeiro.

O índice apontou queda de -0,99% em janeiro, com relação a dezembro. Com relação ao mesmo mês de 2021 a queda foi de -0,32%. Dessa maneira janeiro de 2022 ficou com nível de atividade (138,48) -0,69% abaixo do que estava em fevereiro de 2020 (139,44), último mês antes do início da pandemia por aqui. Se formos comparar o índice deste último mês ao melhor momento da série histórica (dezembro de 2013 com 148,54 pontos) a atividade ainda encontra-se -6,77% abaixo do visto naquele período. Esses índices referem-se aos dados dessazonalizados e podem ser vistos com mais detalhes na tabela abaixo:

TABELA 1
IBC-BR Janeiro de 2022

	Observado	Dessazonalizado
Janeiro 22/Dezembro 21	-7,11%	-0,99%
Janeiro 22/Janeiro 21	0,01%	-0,32%
Trimestre/trimestre	-1,27%	0,19%
Trimestre/trimestre ano anterior	1,00%	0,66%
No ano	0,01%	-0,32%
12 meses	4,73%	4,77%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE-PUCSP

Dessa maneira o último Boletim Focus (11/03/2022) aponta estimativa para o PIB deste ano em 0,49% e já começa a rebaixar o já pequeno crescimento esperado para 2023, saindo de 1,50% para 1,43% pela mediana das expectativas do mercado.

Rodolfo Viana – Economista e Mestrando em Economia Política – PUC/SP



Serviços

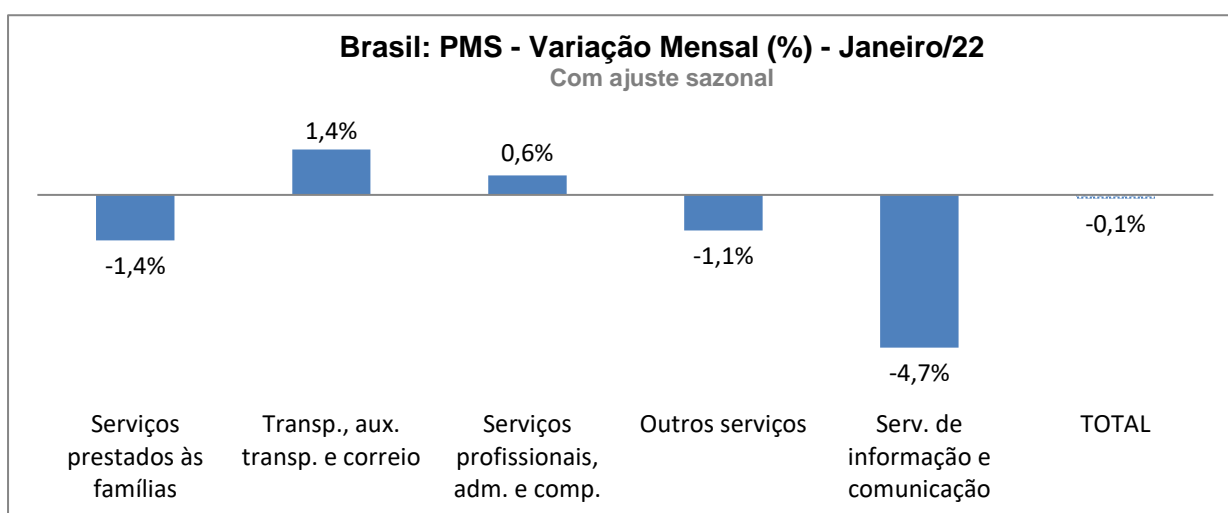
Em janeiro de 2022, o volume de serviços no Brasil registrou variação negativa de 0,1% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após acumular um ganho de 4,7% nos dois últimos meses do ano passado. Com isso, o setor de serviços se encontra 7,0% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e permanece no maior patamar desde agosto de 2015.

O decréscimo de 0,1% do volume de serviços, observado na passagem de dezembro de 2021 para janeiro de 2022, foi acompanhado por três das cinco atividades de divulgação investigadas, com destaque para as perdas vindas de serviços de informação e comunicação (-4,7%), que recuaram pelo segundo mês consecutivo (-4,9%). As demais retrações vieram de serviços prestados às famílias (-1,4%) e de outros serviços (-1,1%), com o primeiro interrompendo nove taxas positivas seguidas (com 60,0% de crescimento no período); e o último eliminando uma pequena parte do avanço registrado nos dois últimos meses de 2021 (5,7%). Em sentido oposto, transportes (1,4%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (0,6%) assinalaram as únicas taxas positivas do mês, com ambos avançando 6,6% e 5,3%, respectivamente.

Regionalmente, uma menor parte (12) das 27 unidades da federação assinalou retração no volume de serviços em janeiro de 2022, na comparação com o mês imediatamente anterior, acompanhando o decréscimo (-0,1%) observado no Brasil – série ajustada sazonalmente. Entre os locais que apontaram taxas negativas nesse mês, o impacto mais importante veio do Distrito Federal (-9,1%), seguido por Rio de Janeiro (-1,2%) e Minas Gerais (-1,9%). Em contrapartida, São Paulo (0,6%) e Goiás (4,5%) registraram os principais avanços em termos regionais.



Para o agregado especial de atividades turísticas, a expansão foi de 1,1% frente ao mês imediatamente anterior, oitava taxa positiva nos últimos nove meses, período em que acumulou um ganho de 69,6%. Vale destacar, contudo, que o segmento de turismo ainda se encontra 9,7% abaixo do patamar de fevereiro de 2020. Regionalmente, sete dos 12 locais pesquisados acompanharam este movimento de expansão verificado na atividade turística nacional (1,1%). A contribuição positiva mais relevante ficou com São Paulo (2,8%), seguido por Distrito Federal (3,3%) e Rio Grande do Sul (1,3%). Em sentido oposto, Bahia (-3,9%), Minas Gerais (-2,4%) e Paraná (-3,3%) assinalaram os resultados negativos mais importantes do mês.



Fonte: IBGE – elaboração DEPE

André Luiz Naves Silva Ferraz – Bacharel em Direito, mestre em Economia política (PUC-SP)

Andrey G. Barbato – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



Comércio

Em janeiro de 2022, o volume de vendas do comércio varejista nacional mostrou alta de 0,8% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após de recuo de 1,9% em dezembro de 2021. Com isso, a evolução do índice de média móvel trimestral para o varejo, depois de registrar -0,5% no trimestre encerrado em dezembro volta a variar negativamente (-0,2%) no trimestre encerrado em janeiro.

Considerando o comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas variou -0,3% em relação a dezembro de 2021. Assim, a média móvel do trimestre encerrado em janeiro (0,2%) teve resultado similar ao da média móvel do trimestre encerrado em dezembro (0,1%).

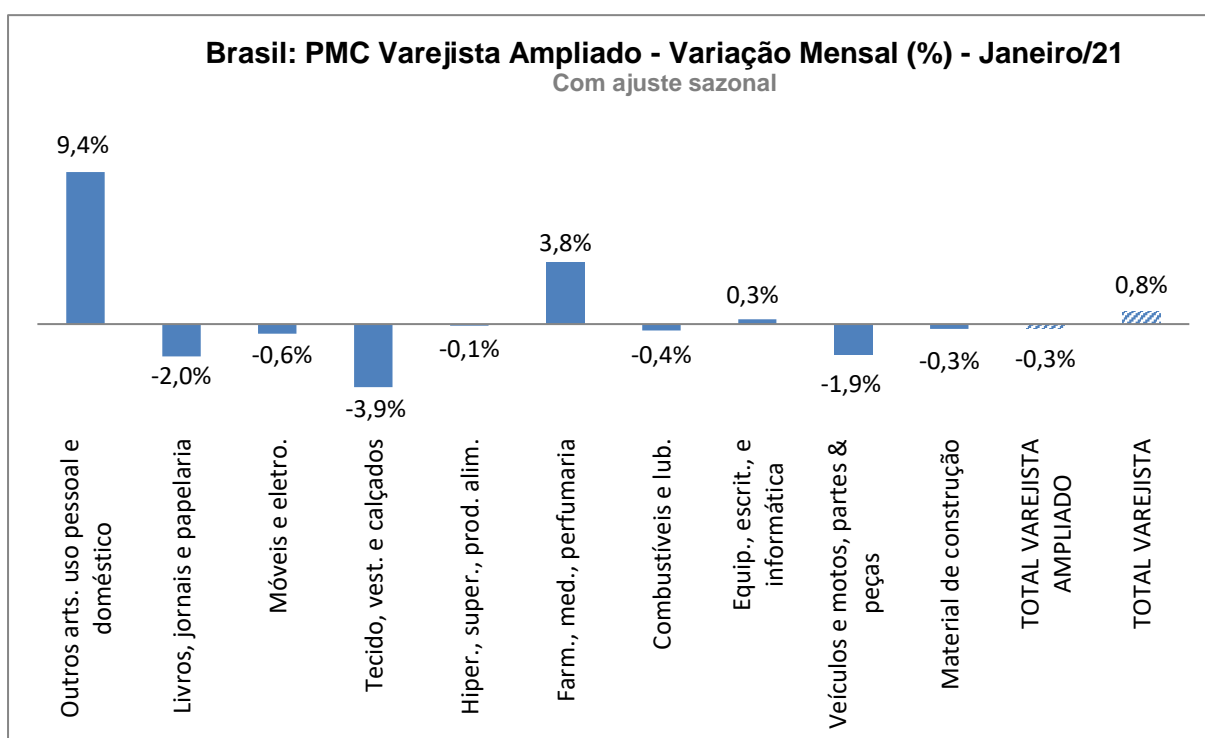
Em janeiro de 2022, frente a igual mês do ano anterior, portanto, o comércio varejista registrou queda de 1,9%. Considerando o comércio varejista ampliado, Veículos, motos, partes e peças cresceu 2,8% em relação a janeiro de 2021, enquanto Material de Construção registrou queda de 7,8%.

Em termos setoriais, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram variação, em volume, no campo negativo: Tecidos, vestuário e calçados (-3,9%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,0%); Móveis e eletrodomésticos (-0,6%); Combustíveis e lubrificantes (-0,4%); e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,1%). Por outro lado, os setores de Equipamentos e material para escritório informática e comunicação (0,3%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (3,8%), e de outros artigos de uso pessoal e doméstico (9,4%), tiveram resultados, em janeiro, acima de dezembro.

As duas atividades adicionais que compõem o varejo ampliado também registraram resultados negativos na passagem de dezembro de 2021 para janeiro de 2022: Veículos, motos, partes e peças caíram 1,9% e Material de Construção variou em -0,3%.



Quanto aos resultados por região, a taxa média nacional de vendas do comércio varejista foi de 0,8% com resultados positivos em 15 das 27 Unidades da Federação, com destaque para: Rio de Janeiro (3,0%), Alagoas (2,8%) e Pernambuco (2,5%). Por outro lado, pressionando negativamente, figuram 11 das 27 Unidades da Federação, com destaque para Amapá (-3,7%), Rio Grande do Norte (-1,8%) e Amazonas (-1,7%). Minas Gerais, nessa comparação, teve variação nula (0,0%). Para a mesma comparação, no comércio varejista ampliado, a variação entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 foi de -0,3% com resultados positivos em 14 das 27 Unidades da Federação, com destaque para: Sergipe (6,1%), Bahia (4,1%) e Pernambuco (3,7%). Amazonas (-5,6%), Rio Grande do Norte (-3,2%) e Amapá (-3,1%), por outro lado, foram os destaques das 13 Unidades da Federação que registraram variações, na margem, no campo negativo.



Fonte: IBGE – elaboração DEPE

André Luiz Naves Silva Ferraz – Bacharel em Direito, mestre em Economia política (PUC-SP)

Andrey G. Barbato – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Segundo os últimos dados divulgados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em janeiro de 2022, foi registrado saldo de 155.128 postos formais de trabalho (resultado de 1.777.646.admissões e de 1.662.468 desligamentos). No estoque total temos o saldo de 40.833.533 contratos formais.

Com exceção do setor comerciário (-60.088), todos os demais apresentaram resultado positivo, sendo: Serviços (+102.026), Indústria Geral (+51.419), Construção Civil (+36.809 e Agropecuária (+25.014).

No recorte regional, temos: Sul (+58.773), Sudeste (+52.651), Centro Oeste (+33.858), Nordeste (+5;388), e Norte (+2.435).

Perfil de Contratações:

- Homens 109.265 (70,43%) e mulheres 45.913 (29,57%)
- Faixa etária de 18 a 24 anos, independente do gênero (69.027 ou seja 44,49%)
- Escolaridade ensino médio (57,76%)
- O salário médio de admissão foi de R\$ 1.920,59 (variação de 6,38% em relação ao mês anterior).

Reforma Trabalhista:

No mês de janeiro foram celebrados 17.975 desligamentos por acordo entre empregado e empregador. O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 3.829. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de 683.



PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de novembro, dezembro de 2021 e janeiro de 2022, o número de desocupados atingiu cerca de 12,04 milhões de pessoas, redução de 858 mil pessoas (6,6%) sobre o trimestre imediatamente anterior, e redução de 2,7 milhões pessoas (18,3%) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior. A taxa de desocupação ficou em 11,2%, redução de 0,9 p.p. sobre o trimestre anterior, e 3,3 p.p. na comparação com 2020.

No trimestre móvel terminado em janeiro de 2022 houve aumento de 612 mil pessoas na força de trabalho (0,6%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2021 há expressivo aumento de cerca de 5,5 milhões de pessoas (5,4%), representando a volta das pessoas a procurar trabalho com o relaxamento das medidas de isolamento ao logo do trimestre móvel. Outro dado que aponta para essa grande volta de pessoas no mercado de trabalho é a população fora da força de trabalho, que teve queda (0,3%) em relação ao trimestre anterior, e retração ainda mais expressiva, de cerca de 3,9 milhões pessoas (5,7%) sobre 2021.

O número de ocupados cresceu 1,6% ou 1,4 milhão de pessoas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 9,4%, cerca de 8,2 milhões de pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2021. Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, foi observado crescimento de 2,0% no empregado no setor privado com carteira assinada e 3,6% no empregado sem carteira, no empregado doméstico (2,0%). O conta própria manteve relativa estabilidade.

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, a única variação negativa foi observada no setor público (-1,9%). As maiores variações positivas foram no emprego doméstico (21,9%), seguido pelo empregado sem carteira no setor privado, aumento de 19,8%, conta própria (10,3%) com destaque para o com cnpj (15,7%).

O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 27,75 milhões de pessoas, queda de 7,2% (cerca de 2,1 milhões de pessoas) sobre o trimestre imediatamente anterior, já na comparação com o mesmo trimestre de 2021 a queda é de cerca de 5,1 milhões de pessoas (15,5%).

Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.489), com queda de 1,1% sobre o trimestre imediatamente anterior, e 9,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2021, reflexo da alta da inflação e do crescimento de ocupações com menor remuneração, como o emprego sem carteira e o conta própria. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 232 bilhões, estável na comparação com o trimestre anterior e queda de 0,9% sobre 2021.



Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Posição no mercado de trabalho/Período	nov-dez-jan 2021	ago-set-out 2021	nov-dez-jan 2022	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	101.958	106.864	107.476	0,6	612	5,4	5.518
Ocupadas	87.214	93.958	95.428	1,6	1.470	9,4	8.214
Desocupadas	14.744	12.906	12.048	-6,6	-858	-18,3	-2.696
Fora da força de trabalho	68.855	65.155	64.938	-0,3	-217	-5,7	-3.917
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	6.861	7.669	6.928	-9,7	-741	1,0	67
Na força de trabalho potencial	11.251	9.332	8.782	-5,9	-550	-21,9	-2.469
Desalentadas	5.848	5.076	4.754	-6,3	-322	-18,7	-1.094
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	32.856	29.906	27.758	-7,2	-2.148	-15,5	-5.098
Empregado C/ carteira setor privado	31.630	33.876	34.556	2,0	680	9,3	2.926
Empregado S/ carteira setor privado	10.334	11.956	12.383	3,6	427	19,8	2.049
Emprego doméstico	4.690	5.513	5.621	2,0	108	19,9	931
Setor público	11.577	11.152	11.362	1,9	210	-1,9	-215
Empregador	3.801	3.859	4.008	3,9	149	5,4	207
Conta própria	23.182	25.638	25.576	-0,2	-62	10,3	2.394
Conta própria com CNPJ	5.475	6.270	6.333	1,0	63	15,7	858
Conta própria sem CNPJ	17.706	19.368	19.243	-0,6	-125	8,7	1.537
Trab. familiar auxiliar	2.001	1.965	1.923	-2,1	-42	-3,9	-78
Rendimento real médio (R\$)	2.755	2.518	2.489	-1,2	-29	-9,7	-266
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	234.616	231.420	232.594	0,5	1.174	-0,9	-2.022

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP
 Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Política Monetária

Juros e Estagflação

O Comitê de Política Monetária (Copom) no dia 16 de março, elevou a meta Selic em 1,0 p.p. para 11,75% a.a., indicando mais uma alta de mesma magnitude na próxima reunião, encerrando o ciclo de aperto da política monetária em 12,75% a.a.. Lembrando que em março do ano passado (2021) a taxa estava em 2,00% a.a., ou seja, uma alta de 10,75 p.p. em 12 meses. Mas a inflação segue persistentemente elevada e não basta o Banco Central não ter cumprido a meta inflacionária do ano passado, as projeções do boletim Focus em 25/03/2022 apontam uma inflação de 6,86% para o fechamento do ano, consideravelmente acima do limite superior da meta oficial. Porém, o mesmo Focus mostra estimativa do crescimento do PIB em somente 0,50% para 2022.

Certo de que inflação é assunto sério e não devemos ser lenientes, mas diferentemente de alguns casos em economia mais avançadas, particularmente nos EUA, a situação brasileira apresenta dois componentes com situações quase opostas. No caso norte-americano, tanto a atividade econômica quanto o mercado de trabalho seguem aquecidos. Apesar de prever uma desaceleração, espera-se ainda um bom comportamento para este ano, assim como os dados de emprego e renda seguem surpreendendo positivamente.

Já no caso brasileiro, não podemos nos vangloriar das mesmas coisas. Apesar do crescimento do PIB em 2021 de 4,6%, o resultado deve ser relativizado pela queda de -3,9% em 2020. Como argumentado pelo amigo Rodolfo na seção do PIB Brasil: “o PIB encerrou o ano 0,5% acima do verificado no 4T19, o último sem impactos da pandemia, mas ainda 2,8% abaixo do melhor índice, que foi verificado no 1T14”. E com as projeções para 2022, não devemos alcançar esse nível tão cedo.

Em comum nos casos brasileiro e norte-americano, os mesmos efeitos das elevações nos preços das commodities e dos gargalos nas cadeias de produção, principalmente com as quarentenas de cidades inteiras na China, com ambas as situações afetando via inflação de oferta. Entretanto, a política de aperto monetário não tem como atuar diretamente nestes componentes de inflação de oferta. Mas sim, nos efeitos da inflação de demanda. Encarecendo o custo do dinheiro, dificultando o acesso ao crédito e tornando investimentos menos viáveis.



Tal cenário, por si só já seria complicado para uma economia que mesmo antes dos impactos da pandemia já sofria com anos seguidos apresentando baixo crescimento, entorno de 1,00%. Porém, considerando o elevado nível de endividamento das famílias, assim como do comprometimento da renda, juntamente em um contexto de pressão inflacionário e redução da renda média real, a conjuntura torna-se perigosa. Como o diagnóstico está sendo equivocado, a dosagem do remédio pode comprometer ainda mais a saúde do paciente (economia).

Por outro lado, tem que se considerar o efeito secundário do aperto monetário, que por mais dolorido que seja, tem seu benefício. A forte elevação da Selic levou a um aumento no diferencial da taxa de juros, assim, o real foi fortalecido pela entrada de capitais estrangeiros na busca pelo carry trade. Nesse sentido, a elevação da taxa de juros cumpre um papel muito importante de “segurar” os preços.

Contudo, o real também se beneficiou da entrada de capitais por outros motivos, seja pela elevação nos preços das commodities, seja por ativos brasileiros listados em bolsa considerados atrativos. Então, me fica o questionamento se não teríamos um efeito semelhante, se não na mesma magnitude, mas próximo do que ocorreu, mesmo sem um aperto de mais de 10 pontos percentuais.

É real o risco de entrarmos em um cenário de estagflação. Pois as reais causas da pressão nos preços não estão sendo combatidas, também não dão sinais de alívio no curto e médio prazo. Ainda, as medidas adotadas têm grande potencial de comprometer ainda mais o desempenho da atividade econômica. Assim, caso mantivermos a política monetária por muito tempo em patamar tão restritivo, corremos o risco de comprometer não só o desempenho de 2022 como também a capacidade de crescimento nos próximos anos, fechando em mais uma década perdida.

Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Crédito

Crédito - Sistema Financeiro Nacional

Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Janeiro / 2022

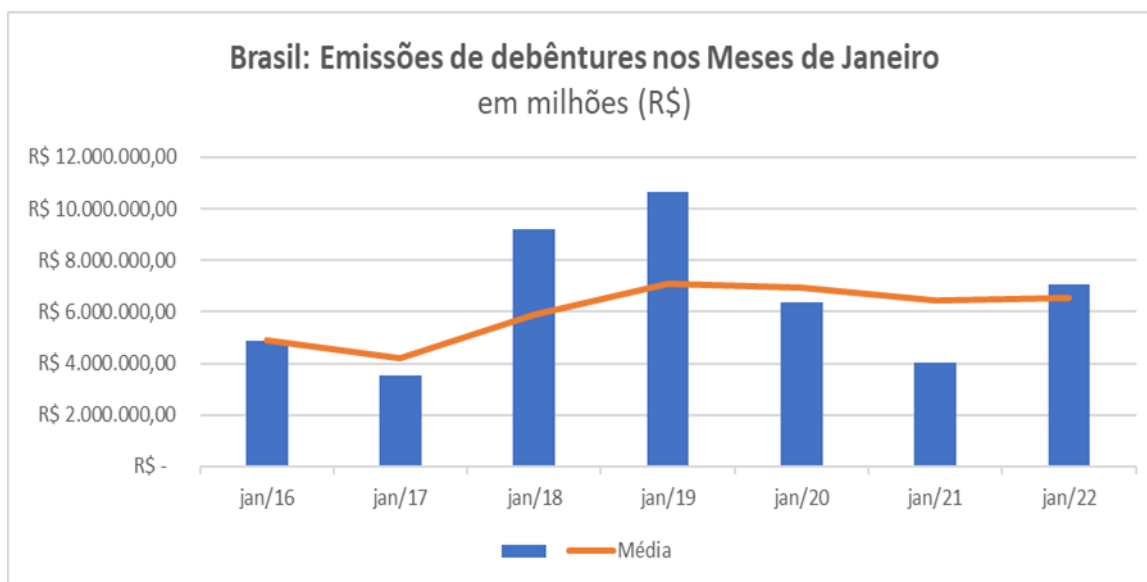
	Item	Medida	Variação			Comentários
			Mês	Ano	12 meses	
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	53,30%	-0,50%	-0,50%	-0,10%	Queda no saldo do crédito em relação ao PIB.
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 4.670,5 bilhões	0,00%	0,00%	16,40%	Estabilidade no mês.
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.932,1 bilhões	-1,50%	-1,50%	9,80%	Queda na carteira do mês.
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.738,3 bilhões	1,0%	1,00%	21,50%	Elevação no mês.
	Concessão (R\$)	R\$ 399,9 bilhões	-19,00%	35,60%	21,60%	Queda expressiva, porém, elevação de 12,6% quando realizado o ajuste sazonal.
	Inadimplência	2,50%	0,20%	0,20%	0,40%	Pequena elevação, rompendo com uma estabilidade de 8 meses.
	Spread bancário	16,2 p.p.	0,50%	0,50%	0,40%	Elevação no mês
Recursos	Saldo Total	R\$ 2.782,8 bilhões	-0,30%	-0,30%	20,40%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.253,2 bilhões	-1,80%	-1,80%	16,50%	<u>Destaques:</u> Queda em função de redução sazonal das carteiras de antecipação de faturas de cartão de crédito e de desconto de duplicata.
	Spread bancário	10,8 p.p.	1,10%	1,10%	0,10%	
	Inadimplência	1,60%	0,10%	0,10%	0,00%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 1.529,6 bilhões	1,00%	1,00%	23,80%	<u>Destaques:</u> Manutenção do crescimento verificada ao longo de 2021, com destaque para o crescimento do crédito pessoal não consignado, crédito de cartão rotativo e cheque especial. Cartão e cheque especial tem influência sazonal.
	Spread bancário	35,4 p.p.	0,70%	0,70%	1,40%	
	Inadimplência	4,60%	0,20%	0,20%	0,50%	
	Saldo Total	R\$ 1.887,6 bilhões	0,30%	0,30%	10,90%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 678,9 bilhões	-1,00%	-1,00%	-0,70%	
	Spread bancário	2,6	-0,50%	-0,50%	-0,70%	<u>Destaques:</u> Redução na carteira mensal.
	Inadimplência	1,00%	0,00%	0,00%	0,40%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 1.208,7 bilhões	1,00%	1,00%	18,60%	
	Spread bancário	3,4 p.p.	0,10%	0,10%	-1,50%	<u>Destaques:</u> Elevação da carteira das famílias.
	Inadimplência	1,40%	0,10%	0,10%	0,00%	

Fonte: BCB e elaboração DEPE



Crédito: Mercado de Capitais

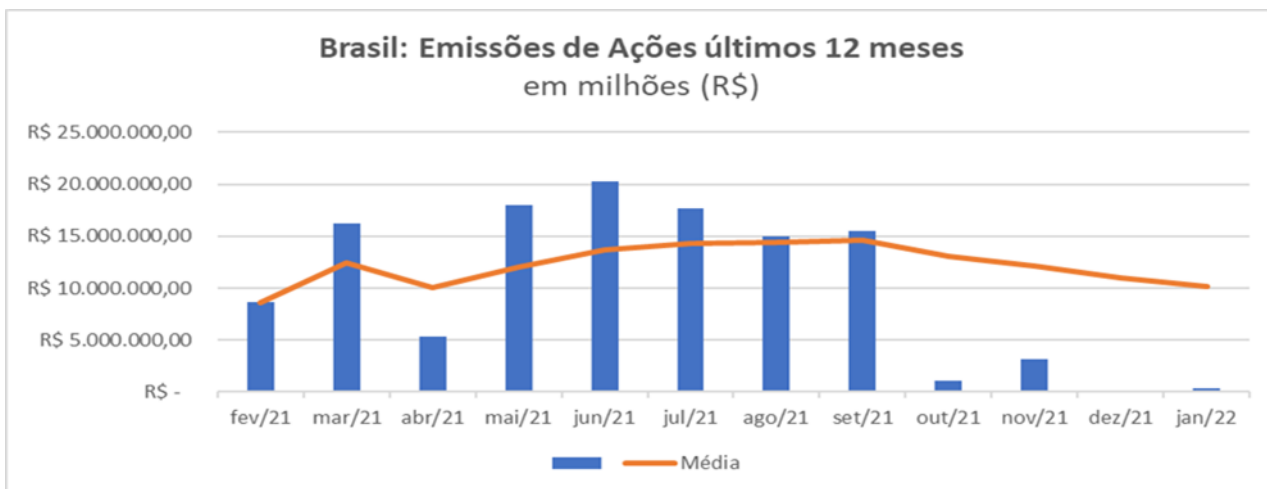
Crédito: Debêntures



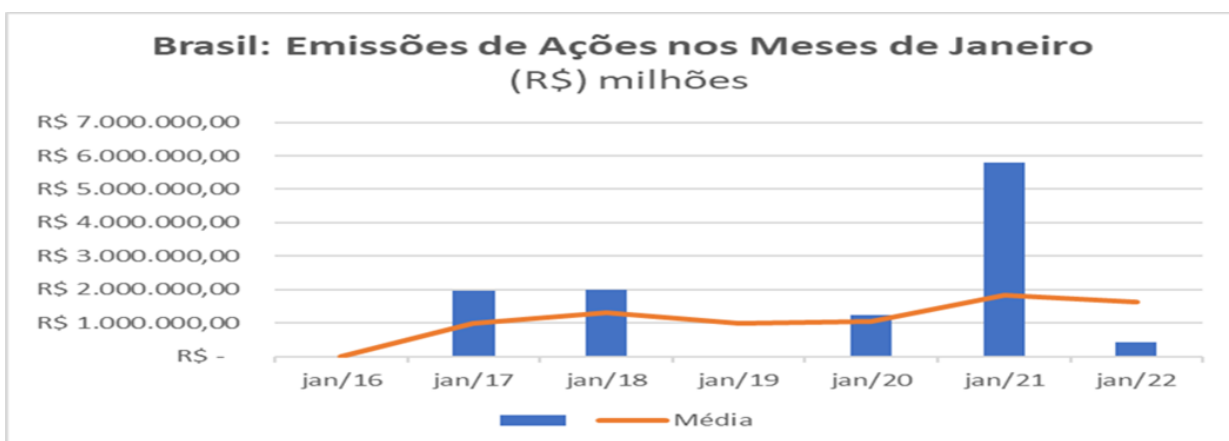
Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



Crédito: Ações



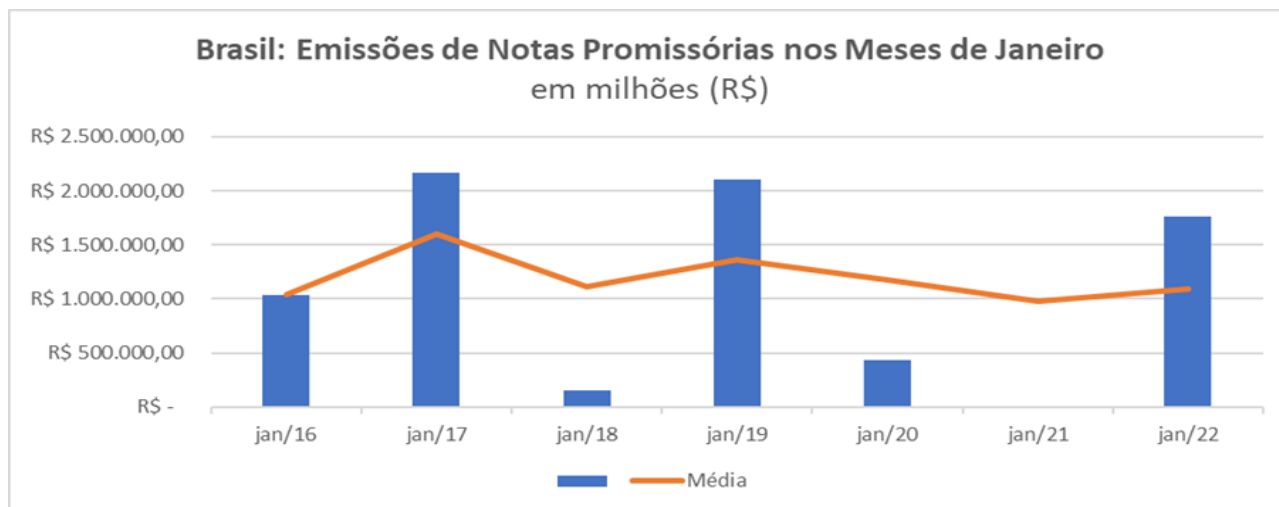
Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

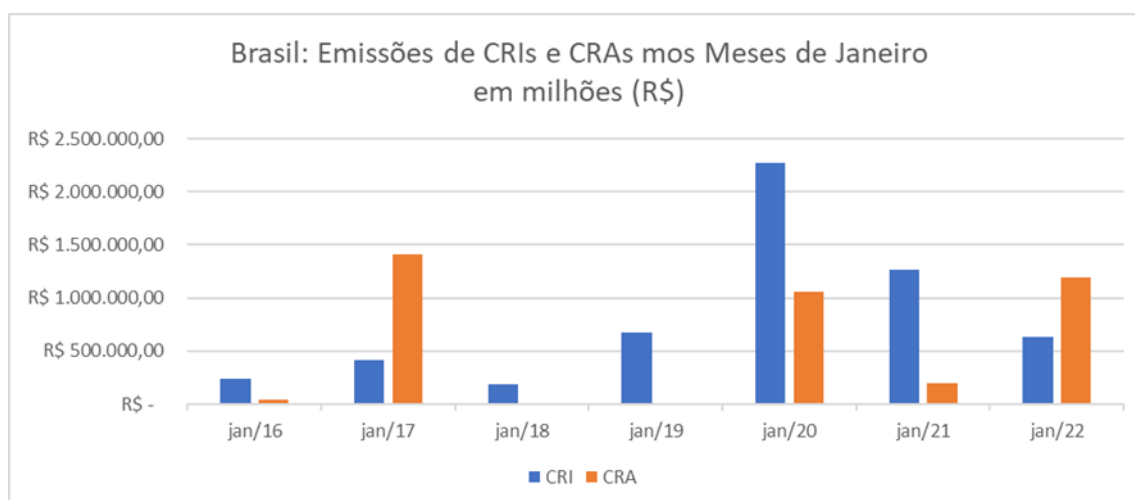


Crédito: Notas Promissórias



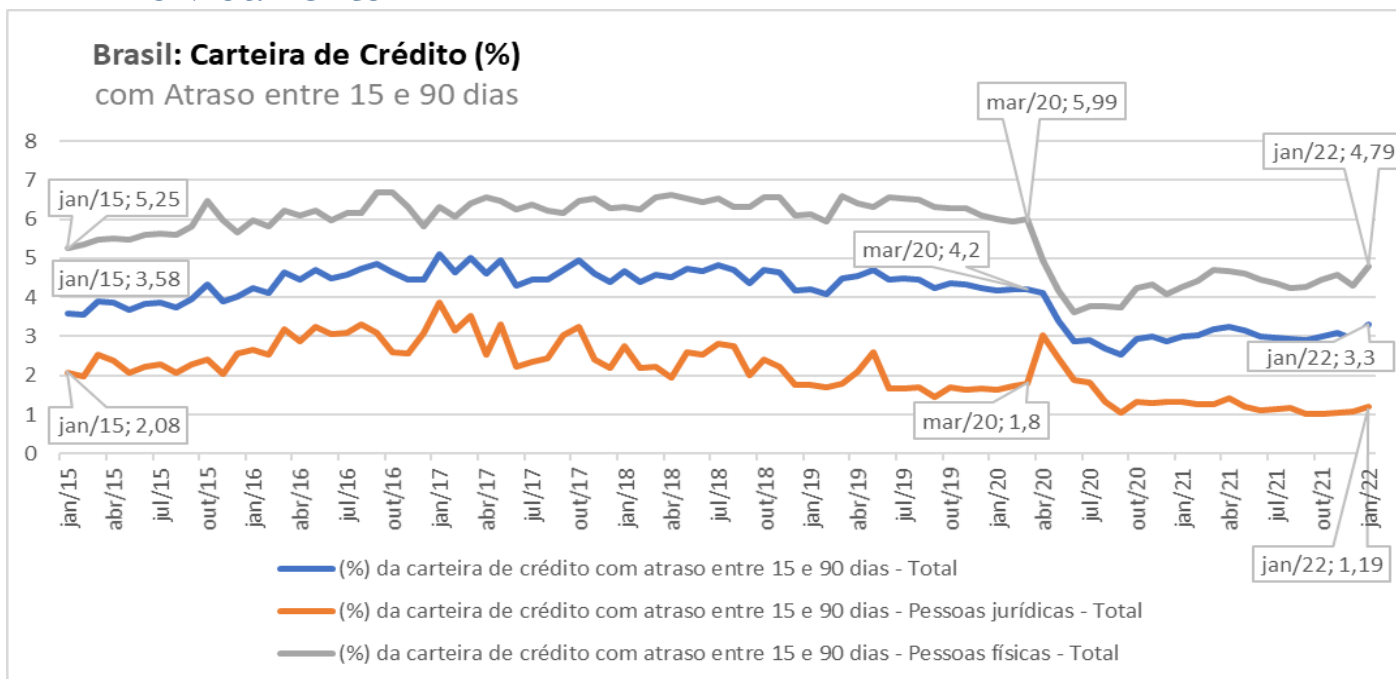
Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e elaboração DEPE

Crédito: CRI e CRA

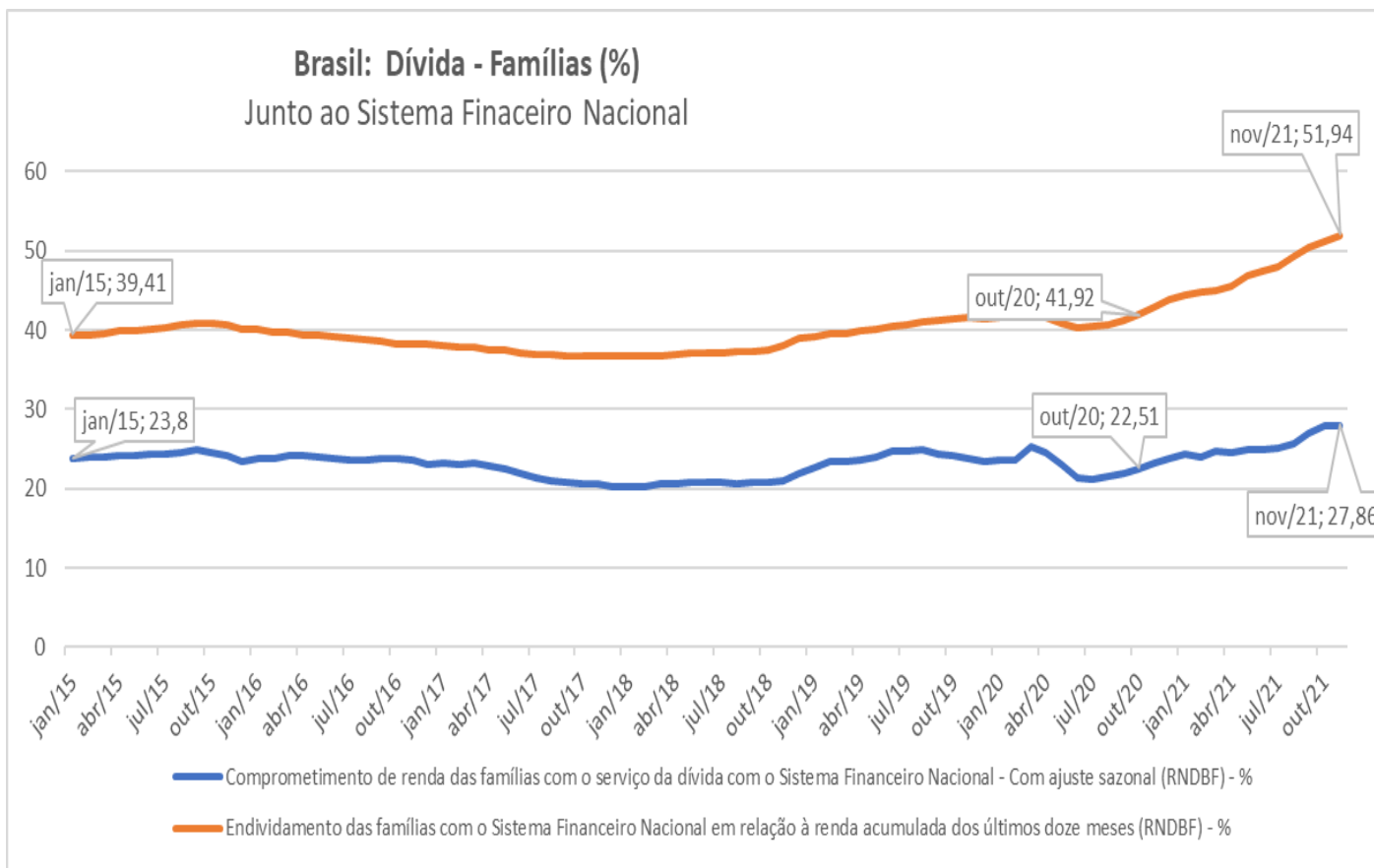




Endividamento



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Crédito: Análise

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em janeiro/22, ficou estável em 0,00% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de acumulado em 16,40%, o crescimento mais expressivo no mês novamente ocorreu na pessoa física. O saldo consolidado foi de R\$ 4.670,5 bilhões. A inadimplência em janeiro/22 apresentou uma elevação de 0,2% ficando no patamar de 2,50%, mesmo percentual verificado nos últimos 8 meses. O spread bancário apurado foi de 16,2 p.p. crescimento de 0,50% no mês.

Todo primeiro mês do ano, as concessões por um efeito sazonal, registram queda em seus valores, pela primeira vez o Banco Central do Brasil, passa a divulgar uma coluna com os ajustes sazonais para a concessão, nesta medida, as concessões apresentaram um variação positiva no mês de janeiro/22 de 12,6% perante o mês anterior.

O movimento da alta dos juros básico no Brasil (SELIC), tem gerado um fluxo de migração no mercado de capitais da renda variável para títulos de renda fixa. Nas emissões nas quais temos acompanhado, podemos ver que as ações tiveram seu menor patamar dos últimos 12 meses, com exceção ao mês de dezembro de 2021 que fechou o mês com as emissões zerada. A principal operação, foi para a estreia da Nu Holdings na bolsa de valores com emissão de R\$ 405 bilhões na sua emissão primária.

Sobre as debêntures, observando as emissões de janeiro dos anos anteriores, podemos verificar que 2022 foi o terceiro melhor mês, perdendo para os anos de 2019 e 2018 respectivamente, onde tínhamos um cenário de queda da taxa de juros, e as empresas aproveitaram o período de baixa para fazer suas emissões, podendo considerar períodos atípicos para a nossa série histórica. Cabe observar que, janeiro de 2022, foi um mês com emissões ligeiramente acima da média, podendo classificá-lo como um bom mês, neste sentido.

Os setores que puxaram as emissões em janeiro/22 foram os de comércio atacadistas e varejista, junto com o setor de energia elétrica, cada qual teve montantes acima de 30%. A empresa que recebeu maior destaque por ter tido maior emissão foi a Sendas Distribuidora S/A, com o valor de R\$ 2 bilhões representando 28,40% do total.

A partir desse mês, o DEPE vai ampliar o acompanhamento dos ativos regularmente, que até então vinha se restringindo nos últimos meses às ações e debêntures. Para esse mês, trouxemos a evolução das Notas Promissórias e Certificados de Recebíveis.



As Notas promissórias, que são títulos de renda fixa, assim como as Debêntures, também tiveram boa performance quando comparada com o mesmo mês dos anos anteriores, perdendo apenas para 2017 e 2019 respectivamente, mas estando 2022 com volume de emissões muito próximo desses anos.

Vale lembrar que os meses de janeiro, são considerados de menor movimentação no mercado de capitais, e a termo de comparação, historicamente tende a se manter em volumes mais baixos quando comparado com os últimos meses.

O setor que teve maior volume de emissões em notas promissórias foi também o setor de comércio atacadista e varejista, sendo responsável por 61% dos totais das emissões. A empresa destaque é o grupo BIG Brasil, uma joint venture que atua em varejo no Brasil, com emissões de R\$ 600 milhões.

O desempenho do endividamento está sendo analisado em duas perspectivas. A primeira, mostra o percentual da carteira de crédito em atraso entre 15 e 90 dias. Os dados divulgados para o mês de janeiro/22, apresenta uma elevação com relação ao mês anterior, o percentual da carteira total ficou em 3,3% contra 2,95% do mês anterior, depois de apresentar no último trimestre de 2021 estabilidade com tendência de redução. O que chama a atenção é que em janeiro/22 a carteira de pessoa física apresentou um forte crescimento saindo de 4,31% e chegando em 4,79% no primeiro mês do ano.

O segundo gráfico possui duas séries, uma de endividamento e outra de comprometimento da renda das famílias junto ao sistema financeiro nacional (SFN). Em dezembro/2021 o Banco Central do Brasil, substituiu a estimativa da massa salarial ampliada disponível (MSAD), medida utilizada para apurar o nível de endividamento e o comprometimento da renda até então utilizada. A partir desta data, o BCB passa a calcular e divulgar a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), que foi detalhada na nota técnica 55 de dezembro de 2021. Com isso, a nova estimativa passa a capturar por exemplo, eventos extraordinários de mais difícil inclusão no indicador anterior, como os saques do FGTS em 2017 e 2019 e os pagamentos do auxílio emergencial realizados em 2020 e 2021. Com isso, a projeção mensal da renda fica mais próxima do apurado nas Contas Nacionais e calculadas pelo IBGE e permite um aprimoramento no acompanhamento deste tópico das análises da conjuntura econômica.

Nestas curvas o último dado disponível é do mês de novembro/21 a curva de comprometimento da renda, ficou estável com relação ao mês anterior, ficando em 27,86% contra 27,92% do mês anterior. O endividamento das famílias continua sua trajetória de elevação, chegando no patamar de 51,94% em novembro/21 contra 51,21% do mês anterior.



O Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de SP (Simpipi), divulga periodicamente uma pesquisa de indicadores junto às empresas e o último dado foi coletado no mês de janeiro/22. Destacaremos quanto as empresas que realizaram a consulta e obtiveram sucesso no empréstimo ou financiamento, tivemos uma elevação com relação ao mês anterior, ficando em 53%, contra 45% do mês de dezembro/21.

Continuando com o ocorrido ao longo de 2021, o crédito para pessoa física continua com seu destaque no primeiro mês de 2022.

Como estamos alertando nos últimos boletins, essa relevância do crédito para pessoa física é preocupante, sobretudo, pelo ajuste porque vem passando a taxa de juros do curto prazo nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), e isso reflete diretamente pela elevação nas diversas modalidades de taxas de juros do crédito, como as apuradas pela Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade que chegam à 354,15% a.a. para o cartão de crédito e 121,21% a.a. cobradas pelas financeiras no empréstimo pessoal para o mês de janeiro/22. O endividamento das famílias, mesmo com a mudança metodológica descrita pelo BCB, atingiu o patamar de 51,94% em novembro/21 superando em 12,53% o apurado em janeiro/15.

O cenário interno descrito do crédito e do endividamento, aliado agora a instabilidade mundial com o conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado no final de fevereiro/22, reforça as incertezas e dúvidas quanto ao quadro macroeconômico do país, prejudicando o crédito seja para o investimento ou para o consumo das famílias.

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.



Contas Nacionais

Contas Externas

Grande Grupo – Transações Correntes

Balança comercial

Apesar da maioria dos meses referentes ao ano de 2021 terem registrado saldos superavitários para a balança comercial (exceção de fevereiro/21 e novembro/21), janeiro/22 abriu o novo ano com um saldo deficitário de US\$ -1,5 bilhões. O resultado está relacionado à queda na receita das exportações, que foi o menor valor considerando a série de valores a partir de março/21. Por outro lado, o valor das importações ficou relativamente estável, encontrando-se, por exemplo, dentro da média a partir de março/21, mesma base de comparação do desempenho do valor exportado em janeiro/22.

Vale lembrar que o saldo da balança comercial no mês de janeiro costuma ser mais fraco que dos meses posteriores.

Balança de serviços e Conta Renda

Podendo mostrar uma trajetória diferente do que se notou nos últimos dois anos, o déficit na conta de serviços somou US\$1,5 bilhão em janeiro/2022, aumento de 51,2% em relação a janeiro/2021. Influenciaram nesse resultado a conta de viagens internacionais, que registrou despesas líquidas de US\$269 milhões no mês, ante US\$39 milhões em janeiro/2021, as despesas líquidas de transportes, que aumentaram cerca de 54,4% na comparação interanual, o que está ligado à tendência de expansão de comércio exterior.

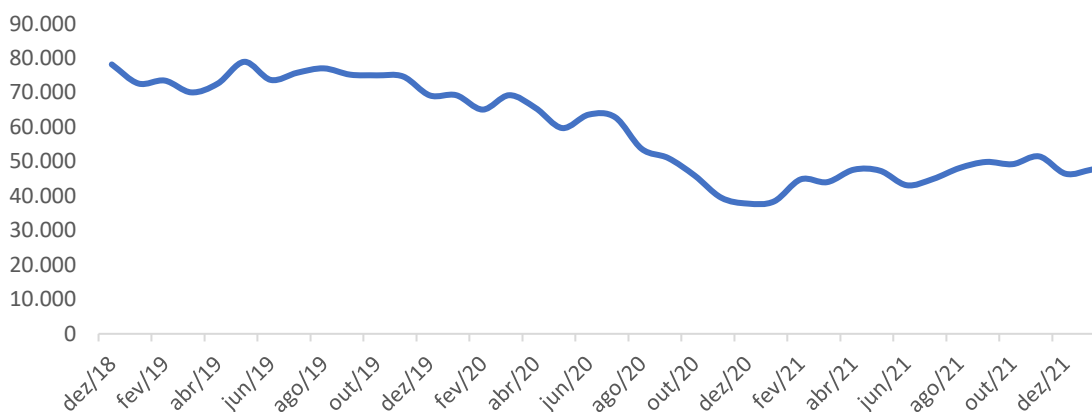
Em janeiro/2022, o déficit na conta de renda primária (lucros, juros e dividendos) aumentou 7,8% em relação a janeiro/2021. Esse resultado está relacionado ao aumento das despesas líquidas de lucros e dividendos, que aumentaram 127,3% na mesma base de comparação, decorrente do aumento das despesas simultaneamente à diminuição das receitas. Já as despesas líquidas com juros somaram retraíram cerca 25,5% na comparação com janeiro/2021, com aumento das receitas e redução das despesas, que ocorre a despeito do ciclo de alta da Selic.



Grande Grupo – Conta Capital/Financeira IDP e Capitais de Curto Prazo

Apesar dos ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) no ano de 2021 ter performado melhor que no ano anterior, somando US\$46,4 bilhões, não recuperou o nível pré-pandemia – em 2019 atingimos US\$ 69,2 bilhões. No entanto, a cifra dessa conta abriu o ano de 2022 com um desempenho positivo, total de US\$ 4,7 bilhões, número superior aos últimos três anos. Ademais, quando observado o acumulado móvel doze meses, desde dezembro/18, observa-se uma tendência de recuperação a partir do acumulado doze meses em janeiro/21.

**Brasil: Ingressos Líquidos em Investimentos Diretos no País - acumulado móvel 12 meses
US\$ (milhões)**



Fonte: BCB – elaboração DEPE



Reservas internacionais

As reservas internacionais somaram cerca de US\$358,4 bilhões no último mês encerrado, janeiro/2022. Considerando que a maior parte das reservas estão alocadas em títulos da dívida pública norte-americana (US treasury bonds), deve-se levar em conta as percepções da última reunião do FOMC - Federal Open Market Committee –, que elevou a taxa básica de juros norte-americana em 0,25 p.p, o que favorece os saldos obtidos com as aplicações das nossas reservas. A decisão teve como intuito combater a inflação no país, que em 2021 fechou em 7%, nível que não se via desde os anos 1980, e que conta com um fator adicional a atual Guerra entre Rússia e Ucrânia. Até a decisão, o Federal Reserve (FED) avaliava se a inflação se configurava como transitória ou permanente.

No entanto, vale ressaltar que esse aumento de juros, ao mesmo tempo que aprecia a moeda estrangeira e favorece nossas reservas, age em detrimento do valor do Real.

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Mariza Mathis, mestranda em Economia Política pela PUC-SP



Internacional

Em que mundo vivemos?

O cenário internacional nunca foi um assunto simples, identificar e interpretar as relações entre nações, bem como, suas pretensões geopolíticas sempre exigiram uma abordagem complexa do observador.

Não estamos mencionando essa complexidade para afugentar o leitor, pelo contrário, nesse breve texto vamos apresentar como um assunto já complexo, foi radicalmente transformado pela pandemia e pela invasão da Ucrânia.

Usando a lente da Economia Política pretendemos oferecer em uma perspectiva prática alguns aspectos do mundo pós PAX AMERICANA.

Esse foi o nome dado ao período pós 2ª Guerra Mundial de hegemonia norte-americana e construção do mundo globalizado que vivemos. Tendo tanto a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, como o Sistema Econômico Internacional firmado em Bretton Woods em 1944, como pilares integrados de exercício do poder norte-americano.

Nesse primeiro episódio da primeira temporada, vamos focar nos impactos dos eventos recentes para a política monetária. Desde o fim da segunda Guerra Mundial os Estados Unidos da América exerceram protagonismo na frente monetária e financeira.

O acordo de Bretton Woods tornou o dólar a referência para moedas de mais de 44 países o dólar era amparado, por sua vez, no valor do ouro. Desde 1973 o ouro deixou de ser lastro para o dólar, porém, o dólar continuou a referência e esse modelo engloba 188 países, alcançados pelo financiamento em dólares do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e, operacionalmente, pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS sigla em inglês).

O modelo exige em contrapartida dos financiamentos a adesão ao tripe macroeconômico (cartilha do FIM): superávit fiscal, câmbio flutuante e meta de inflação, que, por si, merece uma temporada. Porém, nesse episódio da série vamos focar em uma ferramenta que supostamente oferece estabilidade ao tripé, as reservas internacionais.



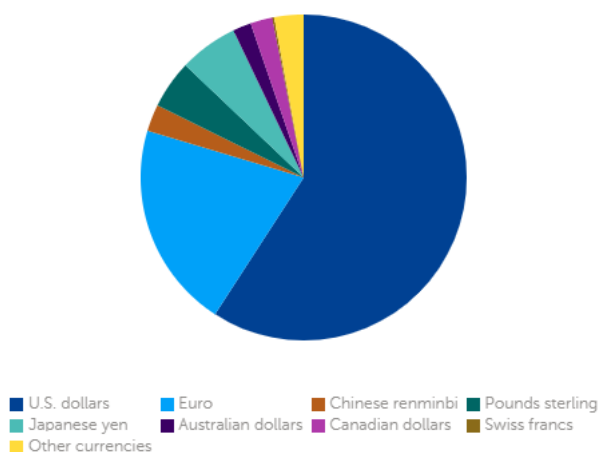
Em que contexto essa ferramenta tomou o palco do debate econômico? Entre as sanções ao governo russo, duas financeiras se destacam: banimento do SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications) um belo nome e, com a permissão do trocadilho foi “swift” em implementar a penalidade ao invasor.

A segunda, que é nosso foco, foi a medida anunciada em 28 de fevereiro de 2022 pelo Departamento do Tesouro americano, que congelou o acesso às reservas russas. Nesse ato o que antes era visto como uma fortaleza, a reserva em moeda forte, passou a ser visto como uma riqueza sequestrada, trazendo dúvidas cabíveis para a ferramenta. Vale dizer que a reserva afegana também se encontra indisponível para o governo Talibã.

Se antes, na teoria neo-liberal, era necessário deixar de investir no próprio país para ter reservas em outro, já desenvolvido, em troca de estabilidade, agora os prós e contras ficam ainda menos equilibrados.

Porém não houve uma mudança significativa na composição das reservas. Existe pouco conforto para o acúmulo das reservas em moedas fora da influência americana, leia-se Renminbi chinês, apesar do esforço do China.

World - Allocated Reserves by Currency for 2021Q3



<https://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>



Com poucas soluções de ordem prática a solução pode vir da inovação e das moedas digitais. Elas devem ter seu uso combatido pelos diferentes polos de influência, já que fogem ao seu propósito. Objetivamente não temos uma resposta para a pergunta que intitula o texto: “Em que mundo vivemos?” ainda não sabemos, mas, claramente não é mais o mesmo.

CHOMSKY, NOAM - Foundations of World Order: the UN, World Bank, IMF & Decl. Human Rights 1999 (<https://www.youtube.com/watch?v=JduPGFNwB7A>)

EICHENGREEN, BARRY - The Monetary Consequences of Vladimir Putin (<https://www.project-syndicate.org/commentary/russia-financial-sanctions-will-change-currency-reserves-by-barry-eichengreen-2022-03>)

José Victor Perroni Cassiolato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP



Economia de Francisco

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica Mensal

Em fevereiro a pesquisa de preços da Cesta Básica apresentou alta em todas as 17 capitais onde atualmente o DIEESE realiza sua mensuração. As maiores elevações se deram Porto Alegre (3,40%), Campo Grande (2,78%), Goiânia (2,59%) e Curitiba (2,57%).

O maior preço foi verificado em São Paulo (R\$ 715,65) e, tomando por base a cesta básica mais cara e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzida a parcela da Previdência Social) um trabalhador na capital paulista que tenha como remuneração o piso nacional irá comprometer 63,83% da sua renda para adquirir a Cesta Básica. Na média em fevereiro de 2022 essa relação ficou em 56,11%, acima dos 55,20% de janeiro de 2022.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta em fevereiro de 2022 foi de 114 horas e 11 minutos. No mesmo mês do ano passado essa relação era de 110 horas e 22 minutos.

Abaixo temos os dados para as 17 capitais onde a Cesta Básica é pesquisada atualmente:

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>



TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Fevereiro de 2022

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	715,65	0,25	63,83	129h54m	3,64	11,91
Florianópolis	707,56	1,72	63,11	128h26m	2,61	10,59
Rio de Janeiro	697,37	0,66	62,20	126h35m	4,67	10,73
Porto Alegre	695,91	3,40	62,07	126h19m	1,91	10,00
Vitória	682,54	0,74	60,88	123h53m	3,10	12,03
Campo Grande	678,43	2,78	60,51	123h09m	5,78	23,00
Brasília	670,98	1,50	59,85	121h48m	7,95	13,45
Curitiba	652,90	2,57	58,24	118h31m	3,89	13,99
Belo Horizonte	642,01	1,45	57,27	116h32m	6,09	11,94
Goiânia	641,09	2,59	57,18	116h22m	7,34	14,34
Fortaleza	609,60	0,37	54,38	110h39m	5,27	16,46
Belém	574,86	1,93	51,28	104h21m	3,23	12,07
Natal	557,20	1,11	49,70	101h08m	5,22	19,98
Salvador	552,30	2,28	49,26	100h15m	6,58	15,26
João Pessoa	549,33	1,98	49,00	99h43m	7,54	13,37
Recife	549,20	1,12	48,99	99h41m	3,16	16,92
Aracaju	516,82	1,77	46,10	93h49m	8,11	15,90

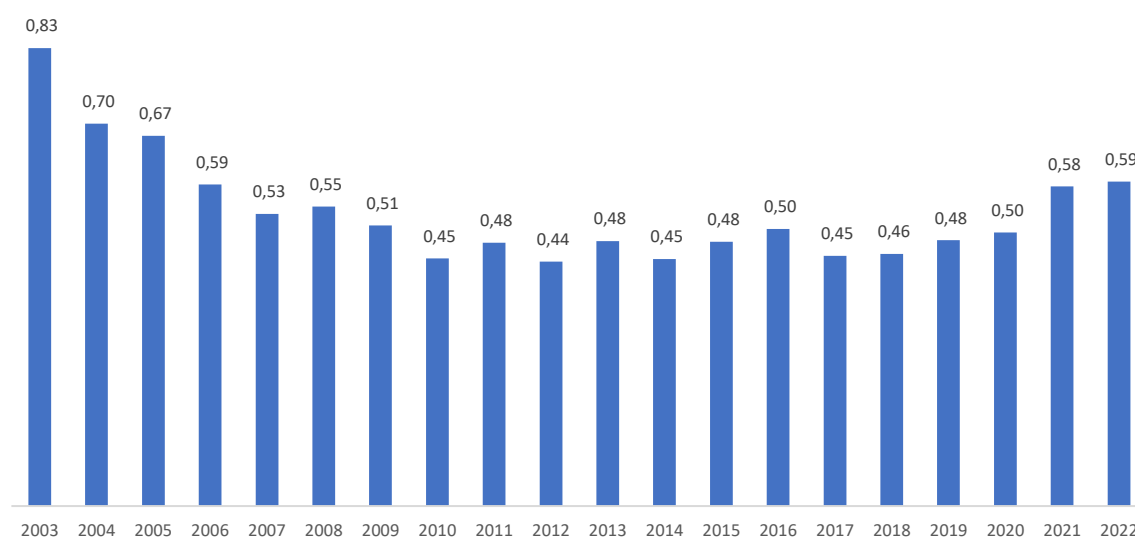
Fonte: DIEESE – Elaboração DEPE

Abaixo temos a relação da Cesta Básica em São Paulo e o Salário Mínimo Nacional vigente, ambos para Março de cada ano. Nota-se que após constante melhor no indicador (ou seja, quanto menos a Cesta Básica custar com relação ao salário mínimo, melhor) do início da década de 2000, essa relação havia ficado abaixo de 0,50 desde 2010, oscilando entre 0,44 (menor) e 0,50 (maior).



A partir de 2017 essa relação só tem se deteriorado, chegando agora em 0,59, a pior marca de desde 2016, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1
Relação entre valor da Cesta Básica em São Paulo e Salário-Mínimo Nacional vigente
Março dos respectivos anos – 2003 a 2022

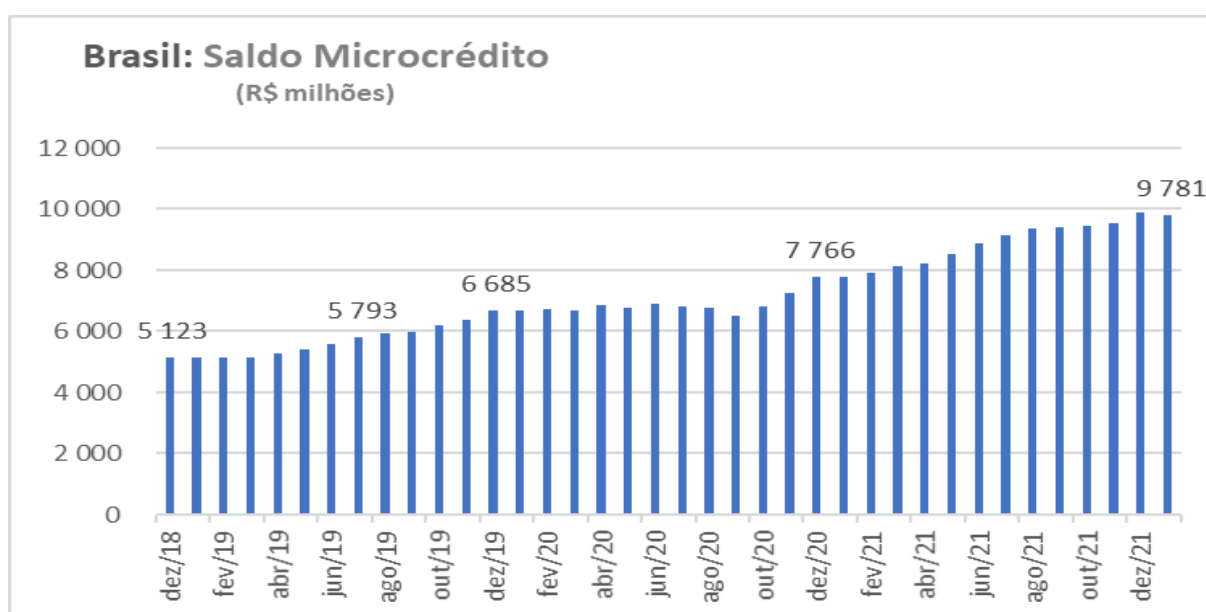


Fonte: DIEESE – Elaboração DEPE

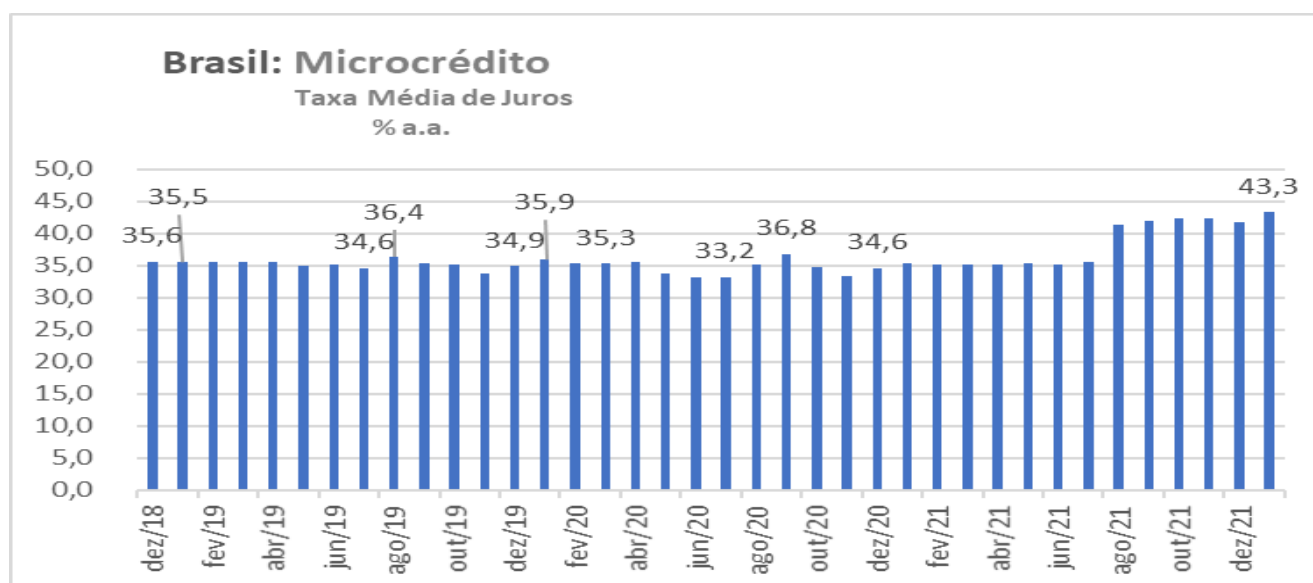


Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em janeiro/22 ficou em R\$ 9.781 milhões, uma queda de -1,2% mês. Quanto a taxa de juros cobrada, apresentou forte elevação de 1,50% no mês, ficando a taxa média cobrada em no patamar de 43,3% a.a., como reflexo das sucessivas elevações da Taxa Selic decididas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).



Fonte: BCB – elaboração DEPE



Fonte: BCB

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Expediente

1.

Boletim DEPE, Ano VII, n.48.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;
André Luiz Naves Silva Ferraz – Bacharel em Direito, mestre em Economia política (PUC-SP);
Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);
Ana Carolina Gimenes dos Santos – Economista, mestre em Economia política (PUC-SP);
Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP (**Coordenador**);
Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;
Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
João Frazão, economista, MBA em gestão empresarial (ESPM-SP) mestrando em história econômica pela USP;
José Victor Perroni Cassiolato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);
Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Marisa Mathis, mestranda em economia Política pela PUC-SP;
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Paulo Henrique Santos, mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;
Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;
Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP) Rua

Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 20/03/2022.